COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO

REQUERIMENTO Nº 2019.

(Do Sr. Paulo Teixeira).

Requer a realização de audiência pública para discutir o tema das “Reformas Processuais Penais nas Américas” no âmbito da tramitação do Projeto de Lei do Novo Código de Processo Penal Brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvidos o Plenário, audiência pública para discutir o tema das “Reformas Processuais Penais nas Américas” no âmbito da tramitação do Projeto de Lei do Novo Código de Processo Penal Brasileiro. Para tanto, gostaríamos de convidar as seguintes pessoas:

Convidados estrangeiros:

- a) Eduardo Gallardo – Juiz de Garantias em Santiago, Chile
- b) Leonel González Postigo – Diretor de Capacitação do CEJA/OEA (Santiago, Chile)

Convidados nacionais:

- c) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Professor da Pós-Graduação da PUC/RS e Membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto do Novo CPP
- d) Marco Aurélio Nunes da Silveira – Professor da Universidade Federal do Paraná e Presidente do Observatório da Mentalidade Inquisitória (instituto dedicado à pesquisa sobre reformas processuais)

- e) Vinícius Diniz Monteiro de Barros – Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Defensor Público Federal

JUSTIFICATIVA

Propõe-se o presente Requerimento a fim de viabilizar o debate entre os parlamentares e juristas dedicados ao estudo das reformas processuais penais.

Dentre os convidados sugeridos, além de professores brasileiros nacionalmente reconhecidos por seu trabalho relacionado às reformas da legislação processual penal, estão dois especialistas estrangeiros que podem tratar das bem sucedidas experiências de reforma recentemente ocorridas na América Latina.

Dos participantes estrangeiros, o Dr. Leonel González Postigo é Diretor de Capacitação do *Justice Studies Center of the Americas/ Centro de Estudios de Justicia de las Américas (JSCA/CEJA)*, organismo autônomo vinculado à Organização dos Estados Americanos – OEA, dedicado à implementação e ao acompanhamento das reformas processuais em países do continente. Recentemente, o CEJA esteve envolvido nas discussões da reforma do Código de Processo Civil do Canadá. Trata-se de profissional com muito anos de experiência neste tema e participação em projetos em diversos países das Américas.

Por sua vez, o Dr. Eduardo Gallardo, chileno que fala fluentemente português, é Professor e Juiz de Garantias no Chile, país internacionalmente reconhecido por ter um excelente sistema de justiça criminal e que, por isso, tem servido de base para os treinamentos e capacitações que o CEJA tem realizado no continente.

Este grupo de especialistas pode contribuir enormemente para os trabalhos desta Comissão Especial. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar este importante requerimento.

Sala das Sessões, em outubro de 2019.

PAULO TEIXEIRA

Deputado Federal